



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Organização de diversos eventos recreativos e culturais

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO



ORGANIZAÇÃO DE DIVERSOS EVENTOS RECREATIVOS E CULTURAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O presente concurso, a desenvolver nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 20º e 130º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, (doravante CCP), de acordo com a redação da Lei n.º 30/2021, de 21 de Maio, tem por objeto principal a organização de diversos eventos recreativos e culturais.
2. O serviço a prestar deverá obedecer às especificações e condições técnicas legalmente estabelecidas.
3. Características da aquisição de serviços pretendidos:
 - Programação e execução de atividades recreativas e culturais definidas no caderno de encargos.

CLÁUSULA 2.ª ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante é o Município da Calheta, com sede na Av. D. Manuel I, n.º 46, 9370-135 Calheta, sendo o presente procedimento promovido pela Secção de Concursos e Gestão de Compras, telefone: 291 820 200, com o endereço de correio eletrónico: concursos@cmcalheta.pt.

CLÁUSULA 3.ª ÓRGÃO COMPETENTE

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o procedimento inicia-se com a decisão de contratar, a qual cabe ao dirigente máximo do organismo, sendo este o órgão competente para esse efeito.
2. A decisão de contratar foi proferida por despacho do Senhor Presidente da Câmara da Calheta.

CLÁUSULA 4.ª JÚRI

1. O júri do procedimento é composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e 2



- (dois) suplentes, designado por deliberação do órgão competente.
2. O Júri inicia as suas funções no dia útil subsequente ao envio do anúncio para publicação no Diário da República.
 3. Sem prejuízo das competências conferidas por lei ou que nele sejam delegadas pelo órgão competente, compete ao Júri:
 - a) Prestar os esclarecimentos ao abrigo do artigo 50º do CCP;
 - b) Proceder à análise das propostas;
 - c) Elaborar relatório de análise de propostas.

CLÁUSULA 5.ª PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
 - a) O Programa do Concurso;
 - b) O Caderno de Encargos;
- 1.1 Integram ainda o presente procedimento, se for caso disso, os esclarecimentos prestados, as listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados e a decisão de aceitação ou rejeição desses erros e omissões proferida pelo órgão competente.

CLÁUSULA 6.ª CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças que constituem o presente concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pelo Município da Calheta, denominada acinGov, à qual poderão aceder através do seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
 - 2.1 O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças referidas no número anterior, só é possível mediante a credenciação do mesmo junto da empresa acinGov, que gere o domínio <http://www.acingov.pt>. A credenciação deverá ser efetuada através do sítio <http://www.acingov.pt> o qual indicará, os elementos necessários à identificação da empresa interessada.
 - 2.2 A credenciação explicitada no número anterior permitirá ao interessado registado possuir um certificado de autenticação para o acesso à plataforma eletrónica.
 - 2.3 A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento, a ser efetuada no portal identificado no n.º 2 da presente cláusula.
2. Todos os documentos que instruem as Peças de Procedimento estão disponíveis em suporte papel, para efeitos de consulta, todos os dias úteis, a partir da data da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na Secção de Concursos e Gestão de Compras (das 9:30 às 16:00 horas),



sita no Edifício dos Paços do Concelho na Avenida D. Manuel I, nº 46 – 9370 – 135 – Calheta.

4. Quando por qualquer motivo o programa de concurso ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no ponto 2, desde o dia da publicação do anúncio referido no n.º 1 do artigo 130.º, do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
5. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos, que foi publicitado o anúncio de procedimento.
6. É também exigido ao interessado a aquisição de um certificado qualificado (ex. Cartão de Cidadão, DigitalSign, entre outros) de modo a poder assinar digitalmente todos os documentos constitutivos das propostas.
7. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, através da plataforma nos termos do Artigo 61º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

CLÁUSULA 7.ª ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os interessados podem, até ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a entrega da proposta, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar lista de erros e omissões, nos termos do n.º 2 do artigo 50º do CCP.
2. O pedido de esclarecimento / reporte de erros e omissões, deve ser solicitado por escrito através da plataforma eletrónica.
3. Os esclarecimentos e a pronúncia sobre erros e/ou omissões serão disponibilizados via plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo para a apresentação da proposta.
4. A falta de cumprimento, por qualquer motivo, do prazo referido no número 3, implica a prorrogação do prazo para a apresentação da proposta de acordo com as regras de prorrogação previstas no artigo 64.º do CCP.
5. A decisão de prorrogação nos termos do disposto no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser notificada a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos / retificação de erros e omissões farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.



CLÁUSULA 8.ª ADMISSÃO DOS CONCORRENTES

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades face às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP implica a imediata exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55º -A do mesmo Código.
3. No caso dos agrupamentos, a verificação de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP por parte de qualquer uma das entidades que o compõem impede a admissão a concurso do agrupamento concorrente ou determina a sua exclusão.

CLÁUSULA 9.ª AGRUPAMENTOS DE EMPRESAS – ADMISSIBILIDADE E MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de empresas, sem que entre estes, exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, devendo ser observadas as seguintes condições:
 - a) Os membros do agrupamento concorrente não podem, em simultâneo, ser concorrentes de forma isolada ou integrar outro agrupamento concorrente;
 - b) Todos os membros do agrupamento, e apenas esses, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo, nos termos do DL n.º 231/81 de 28 de julho, com sede em Portugal;
 - c) O agrupamento deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do procedimento;
 - d) Todos os membros do agrupamento serão individual e solidariamente responsáveis, perante a Câmara Municipal da Calheta, pela manutenção da sua proposta;
 - e) A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento pelos prejuízos causados à Câmara Municipal da Calheta. O mesmo regime se aplica à dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento.



CAPÍTULO II - REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA

CLÁUSULA 10.^a PRAZO E FORMA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma acinGov, até às 23h59 do **30.º** dia a contar da data do envio desse anúncio ao serviço das publicações do Diário da República, nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do CCP.
2. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica utilizada pelo Município da Calheta, <http://www.acingov.pt>, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, de acordo com o previsto no artigo 62.º do CCP e da Lei 96/2015 de 17 de agosto.
3. Todos os documentos terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada conforme disposto no artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e demais legislação aplicável.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data indicada no número anterior.
6. Cada ficheiro deverá conter apenas um documento devidamente titulado.
7. Os ficheiros que contêm os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em ficheiro de extensão PDF.
8. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes interessados submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante. Por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica a certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito.
9. Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes.



CLÁUSULA 11.ª PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES

1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica referida no, aplicando-se o disposto no artigo 138º do CCP.

CLÁUSULA 12.ª PROPOSTAS VARIANTES

1. Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

CLÁUSULA 13.ª NEGOCIAÇÃO

1. As propostas não serão objeto de negociação.

CLÁUSULA 14.ª DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. Além do documento referido na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, as propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública a que se refere o n.º 6 do artº 57º do CCP;
 - b) Documentos com os seguintes valores e condições:
 - Certidão Permanente;
 - Preço indicado em algarismos, para cada uma das atividades e o preço global, não incluindo o IVA;
 - Condições de pagamento;
 - Nota justificativa do preço proposto;
 - Ficha de caracterização das instalações do campo de férias e documento comprovativo de propriedade da empresa ou protocolo provisório (no caso de utilização de instalações de outrem);
 - Plano de Trabalhos para cada uma das atividades;
 - Plano de Equipamento para cada uma das atividades;
 - Plano de Mão-de-obra para cada uma das atividades;
 - Plano de Pagamentos para cada uma das atividades;
 - Memória descritiva e justificativa pormenorizada do modo de execução dos serviços devendo especificar os aspetos técnicos, expressando inequivocamente os que considera essenciais à validade da sua proposta e cuja rejeição implica a sua ineficácia, para cada uma das atividades;



- Modelos de T-shirts para os participantes, modelo do material didático e modelo dos certificados de participação para o Verão em Cheio;
 - Exemplos do material promocional que será produzido do Verão em Cheio;
 - c) Identificação do responsável da empresa concorrente e respetivos contactos (morada profissional e email) para contactos no âmbito do contrato.
2. A declaração referida na al. a) do nº 1, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
 3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na al. a) do nº 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

CLÁUSULA 15.ª CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. No caso de empate entre duas ou mais propostas apresentadas, procede -se a um sorteio na presença dos elementos do júri, assim como dos representantes das respetivas entidades.
2. Neste caso será marcada data e hora através da plataforma de compras públicas, com um prazo mínimo de 5 dias úteis.
3. Regras do sorteio: Será depositado em caixa opaca o nome das entidades concorrentes, sendo daí extraído manualmente pelo Presidente do Júri, um dos nomes, a que corresponde o concorrente classificado em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeito de ordenação dos concorrentes. No caso da ausência de representação de alguma das entidades será esta automaticamente excluída do sorteio.
4. Será elaborada ata do sorteio que será assinada por todos os presentes.

CLÁUSULA 16.ª CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. O critério de adjudicação fixado é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 74º do CCP, ou seja, o preço mais baixo.



CLÁUSULA 17.ª A NÁ LISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas cuja análise revele que recaem numa das situações previstas nos artigos 70.º e 146.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do constante no artigo 72º do mesmo Código.
2. São excluídas também as propostas que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na Cláusula 14.
3. As propostas admitidas devem assegurar o cumprimento das exigências estabelecidas no Caderno de Encargos.
4. Compete ao Júri apreciar as propostas aplicando o critério de adjudicação contante da Cláusula 16.

CLÁUSULA 18.ª PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas por um período de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, considerando-se aquele prazo prorrogado, por igual período de tempo, se antes do seu termo os concorrentes nada disserem em contrário.

CLÁUSULA 19.ª RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Analisadas as propostas e aplicado o critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente, um relatório preliminar, nos termos do disposto no artigo 146º do CCP, no qual propõe a ordenação das propostas apresentadas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no nº 2 do referido artigo 146º do CCP.

CLÁUSULA 20.ª AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. O relatório preliminar é notificado, em simultâneo, a todos os concorrentes, podendo estes, num prazo de 5 (cinco) dias, pronunciar-se, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

CLÁUSULA 21.ª RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri elabora um relatório final, nos termos do disposto no artigo 148º do CCP, que submete ao órgão com competência para a decisão de



contratar.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 21.ª ADJUDICAÇÃO

1. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão e contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas, com base no relatório final elaborado pelo Júri, escolhendo assim o adjudicatário.

CLÁUSULA 22.ª DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O Adjudicatário deve entregar, a té às 23h59 do 5º dia, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação:
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos a apresentar pelo adjudicatário elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos, adaptada de acordo com o anexo II-M do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na atual redação do DLR n.º 6/2018/M, de 15 de março;
 - b) Declaração Mensal de Rendimentos (DMR) ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - c) Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido num dos quatro anos anteriores atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato) ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - d) Declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10) ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - e) Anexo R do IVA ou declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;
 - f) Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES) ou declaração sob



compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, de que não preenchem as condições legais relativas ao cumprimento destas obrigações declarativas;

- g) Declaração do Instituto de Segurança Social comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
- h) Declaração da Autoridade Tributária e Aduaneira comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- i) Cópia da Certidão Permanente ou indicação do Código de Acesso à Certidão Permanente;
- j) Certificado do Registo Criminal do titular (no caso de pessoa singular) ou Registo(s) Criminal(ais) do(s) gerente(s) ou administrador(es) ou diretor(es) (no caso de pessoas coletivas);
- k) Certificado do Registo Criminal da empresa no caso de pessoas coletivas;
- l) A documentação referida as alíneas b), c), d) e e) devem ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato a autorização do contraente público á subcontratação fica condicionada á apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do co-contratante;
- m) Para além das causas de caducidade da adjudicação previstas no numero 1 do artigo 86º do código dos contratos públicos, na Região Autónoma da Madeira, constitui igualmente causa de caducidade da adjudicação o incorreto ou inadequado preenchimento dos documentos relativos às obrigações fiscais declarativas a apresentar pelo adjudicatário e ou subcontratados nos termos dos números 2 e 3 do artigo 7 do DLR nº 34/2008/M de 14 de agosto, na atual redação;
- n) O adjudicatário que não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação;
- o) Quando o adjudicatário tenha declarado nos termos da alínea anterior que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16, 17 e 21 da Lei Orgânica nº1/2007 de 19 de fevereiro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas a), b) e c) do nº 2 do artigo 7 do DLR nº34/2008/M de 14 agosto, na atual redação;



p) Alvará do licenciamento campos de férias.

2. A apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, ainda que não constem do presente documento, e quando aplicável, poderá ser solicitada ao Adjudicatário, sendo fixado um prazo para o efeito.
3. Para efeitos de comprovação das habilitações referidas nos números anteriores, o adjudicatário pode socorrer-se das habilitações de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

CLÁUSULA 23.^a MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos nos números anteriores através da plataforma eletrónica utilizada por esta entidade adjudicante, ou, no caso de esta se encontrar indisponível, através de correio eletrónico, para o endereço indicado na Cláusula 2.
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na cláusula anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou da indicação prevista no número anterior, sendo que o documento comprovativo do consentimento constitui um documento de habilitação a apresentar no âmbito do n.º 1 da cláusula anterior.
4. No prazo de dois (2) dias deverá o Adjudicatário proceder à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.



6. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva, a qualidade do representante que o assina.
7. Os documentos podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último poderes para o efeito, devidamente legalizada.
8. Em caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados ou não apresentação dos mesmos pelo adjudicatário dentro do prazo concedido, por facto que não lhe seja imputável, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para apresentação dos documentos em falta, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

CLÁUSULA 24.ª MINUTA DO CONTRATO

1. Com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da minuta de contrato aprovada, através da plataforma identificada na cláusula 6.ª, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram -se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

CLÁUSULA 25.ª CAUÇÃO

1. Não é exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 26.ª CONTAGEM DOS PRAZOS

1. Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente Programa, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

CLÁUSULA 27.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Em tudo o que for omissa no presente Programa e Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP, na atual redação, com adaptação à Região Autónoma da Madeira, através do Decreto Legislativo Regional N.º 34/2008/M de 14 de Agosto de 2008, na atual redação e restante legislação aplicável.



CLÁUSULA 28.ª DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais a que o concorrente tenha acesso durante o presente procedimento concursal, serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, devendo, após a adjudicação do contrato serem eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.
2. O concorrente compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.